

ADELINA BITELLI DIAS CAMPOS

PROCURADORA DE JUSTIÇA APOSENTADA

MPSP: ingresso 11/09/1980 e saída 01/04/2009

APMP: O Órgão Especial do Colégio de Procuradores do MPSP fez uma grande homenagem para a senhora em razão da aposentadoria. Como foi?

Eu não esperava, mas eu vim em uma das reuniões para me despedir das pessoas, dos meus amigos, e foi feito uma homenagem que eu fiquei bastante emocionada. Ainda bem que eu tinha rabiscado qualquer coisa de agradecimento, porque senão eu iria ser pega de surpresa, mesmo.

Início da carreira

Na verdade eu me formei em direito. Durante vinte anos eu advoguei, eu não gostava muito da carreira de advogado Mas sempre fiz. Ai, eu ingressei como procuradora da prefeitura de Santo André e permaneci lá pó cinco anos, de 1975 a 1980, quando ingressei no MP. Eu trabalhava, fui a primeira mulher a ingressar numa carreira na prefeitura de Santo André, o ambiente lá era muito machista e ninguém queria mulher, principalmente num cargo de procuradora do município. Mas como eu fiz o concurso e, tinha duas vagas e, eu passei em primeiro lugar então eu fui obrigada a ser engolida. Eu era casada com um promotor de Justiça na época, eu sempre gostei do trabalho do MP, sempre, resolvi fazer o concurso do MP, desejando passar, e passei no primeiro concurso.

APMP: A senhora se lembra da bancada, da banca examinadora?

Eu lembro que o doutor *Hermínio Alberto Marques Porto era o examinador de direito Penal, o Scavone era de processo Civil, o Filardi era o advogado e tinha um excelente procurador de Justiça, ele era o amor, posso dizer o nome dele? Pilha fraca, risos. O procurador da época era o João Severino de Oliveira Peres (02/04/1979 a 14/03/1983) e o corregedor era o Arthur Cogan (27/12/1978 a 29/12/1980). O corregedor a gente nunca esquece.

APMP: Doutora, como promotora substituta a senhora foi para qual comarca?

Eu era de Santo André, nasci lá e advoguei durante muito tempo na região do ABC, pela minha classificação eu poderia ter escolhido Santo André como a sede como a minha comarca, mas, justamente pelo fato de ter sido advogada tanto tempo lá e ter sido a procuradora do município eu resolvi ir para Mauá, e a minha primeira comarca então foi Mauá, a minha circunscrição judiciária que compreendia Mauá e Ribeirão Pires.

APMP: E foi tranquilo lá?

Tranquilo era, mas muito trabalhoso. Lá era crime e civil tudo junto. Então você pegava a primeira vara, por exemplo, era minha, e tinha de trabalhar em tudo, inclusive atender público, porque eu atendia muito. Eu sempre achei que uma das coisas mais importantes que o MP faz é ter este contacto com o público para ajudar o próximo.

APMP: E quais eram as reivindicações deles na época?

Eram muitas. Eu me lembro que eu era promotora da primeira vara de Mauá e toda vez apareciam mulheres dizendo que tinham sido atacadas pelos maridos. Eu perguntava:- vocês foram à delegacia? Elas diziam: - fomos, sim senhora. E o que o delgado falou? -Ah,

mandou procurar a promotora. Ah é, tá bom, vamos lá. Mandava fazer o exame, médico legal. Até que apareceu uma senhora que estava com o nariz quebrado, sangrando. Eu disse:- O que foi? Ela respondeu: - meu marido me bateu. Eu perguntei: -foi à delegacia, o que o delegado disse? Ela respondeu:- ele disse para procurar à promotora. Ah! tudo bem, pode deixar. Passei a mão no telefone e liguei para o delegado. Doutor aqui é a doutora, tudo bem?

Posso fazer uma pergunta?

-pode.

- O seu código penal é igual ao meu?

-Como doutora, o que é isso?

-Eu quero saber se o seu código penal é igual ao meu, porque no meu diz que atacar a mulher é lesão corporal, agora o seu parece que não, o senhor não manda fazer exame, não manda fazer nada.

Nunca mais veio mulher alguma sem ter sido primeiro encaminhada ao Instituto Médico legal e depois passar por mim.

APMP: Precisava ser firme.

Precisava. Naquela época em que eu entrei, agora não, mas as mulheres naquela época eram muito poucas e sempre olhadas com pouco de...ah, é mulher. Só que comigo não se brincava não.

APMP: E depois, como as coisas foram se encaminhando?

Mauá eu fiquei como substituta cerca de ano. Ai eu fui promovida para uma comarca que eu nem sei o nome dela. Como eu tinha muita bagagem como advogada me botavam para limpar as varas que estavam atravancadas. Eu limpei a primeira vara de família, a segunda, que estavam atravancadíssimas, eram centenas de processos. Eu fiquei designada, descia aquela pilha de processos e eu me manifestava neles. Eu fiquei como promotora da primeira intrância cerca de um ano. Ai eu fui promovida. Eu resolvi tirar férias e iria depois. Nesse meio tempo, abriu por antiguidade a primeira vara de Ribeirão Pires. Eu falei: - vou me inscrever. Fui à única

inscrita e fui promovida para a primeira vara de Mauá. Lá fiquei até 1983, quando eu fui chamada para ser assessora jurídica e do Secretário de Obras e do Meio Ambiente, na qual permaneci na secretaria durante cinco anos.

APMP: Como foi a experiência fora do MP?

Olha, foi interessante pelo seguinte, porque quando a gente fica muito num determinado local você fica meio bitolado. E, eu cheguei a ver uma outra área, a do executivo, e, não gostei. O ambiente é totalmente diferente do nosso. Nós aqui: é uma democracia mesmo, guardadas as respectivas divisões: o procurador-geral tem que ter o local dele mais alto do que os demais, mas todos somos iguais. Lá no executivo existe uma coisa que eu não gostava. As pessoas se fechavam em torno do poder.

APMP: isso foi em 1983 a 1988. Foi até a CF. A senhora voltou em uma fase diferenciada.

Voltei para o MP e fui promovida para uma Vara de Família. Fui para a 9ª Curadoria de Família.

APMP: Como foi a atividade lá na Curadoria de Família?

A coisa mais gratificante que eu tive na vida. Durante dez anos eu fui promotora de família. Pude ajudar muita gente. Pude ajudar mulheres, crianças e até homens.

APMP: tem alguma história para contar?

Tem mas não pode ser contada, rsrsrs. Tem, sim. Tem uma, por exemplo, que foi muito interessante porque determinada pessoa extremamente rica, um homem muito rico, estava separado da mulher e para infernizar a vida da coitada, que não tinha um tostão a essas alturas, ele queria mudar a guarda da filha, e a única coisa que a mulher tinha ficado era com a guarda. Ele entrou com uma ação para mudança de regime de visita, e pediu um monte de

coisas, foi um horror. E, eu sempre tive muito feeling para o MP para processos: - eu chegava, pegava o processo e dizia:-esse aqui eu vou ficar do lado de fulano ou do lado de fulano. Ai, fulano é milionário, ela não tem nada, ela está sendo chantageada. Bom, audiência começou às 14h30 e terminou às 2h30 da manhã, foram doze horas de audiência ininterrupta. Eu e a juíza comíamos um lanchinho enquanto estava falando. E, realmente, eu sei que o fulano ficou furiosíssimo, lá fora ele gritava que queria me matar. O porteiro do auditório falou: -doutora, o fulano ai tá bravo com a senhora. Eu falei: - ah tá, pode falar para ele se ele quiser falar comigo para esperar que eu já vou ai. Adivinha se ele subiu? Então, este caso foi emblemático. As testemunhas:, imagina que tinha um perito que era um psiquiatra famoso que cobrava 300 dólares a hora, eu deixei ele 10 horas parado lá fora. E demorou muito. No fim, tudo se ajeitou e eu consegui um acordo bastante razoável em relação á criança.

Promotoria em Mauá

Quando eu era promotora de Mauá eu tinha de visitar mensalmente a cadeia de Mauá e a cadeia de Ribeirão Pires. E, eu estava em Ribeirão Pires numas férias forense, falei para o juiz: -vou visitar a cadeia. Ele falou: -vou também. Fomos lá para a cadeia. Quando nós chegamos, fomos recebidos pelo delegado, entrei eu, o delegado e o juiz no pátio da cadeia. Esses pátios de cadeia antiga: as selas do lado e o pátio no meio. Uma semana antes tinha havido uma rebelião. E eu estava com dois presos de ala para me fazer papel de secretário: um deles estava condenado há setenta e seis anos de cadeia e o outro não me lembro mais, mas tinha uma letra linda, aprendeu escrever na cadeia. Então eu e os dois presos na frente fazendo perguntas para os presos e o juiz com o delegado atrás com um ou dois PMs. Quando chegou lá no fim, do lado esquerdo, que eu já tinha passado toda esta parte do corredor, eu virei, na hora que eu me virei: cadê o juiz e o delegado? Eles tinham saído e me deixada trancada dentro do pátio. Naquele átimo de segundo eu falei: se eu demonstrar medo estou perdida. Continuei andando e tomando nota das queixas. Quando cheguei na porta eu falei: abra esse portão. PM abriu o portão e eu fui direto para a sala

do delegado: vocês são doidos faz uma semana que teve uma revolta aqui e vocês me largam no meio do pátio, sozinha? – ai, nós não percebemos.

-Eu falei: os outros também não perceberam.

Aliás, eu tinha denunciado um fulano por roubo impróprio e ele tinha falado assim pra mim: que negócio é esse de roubo impróprio, eu não conheço?

Eu disse pra ele: então vai estudar melhor.

APMP: Como foi a passagem para a segunda instância?

Eu demorei muito a ir para a procuradoria de justiça porque eu amava minha área de direito e família, sempre me dei bem com juízes, sempre foi ótimo, muito bom, era respeitada, pelo menos acho que era ninguém nunca levantou a voz comigo. Chegou uma hora que eu falei, bom, eu tenho que me promover, não é possível, eu vou me aposentar como promotora. E fui para a quinta procuradoria de justiça civil. No começo, eu me manifestava em processo de acidente do trabalho, porque quando eu era advogado eu fazia acidente do trabalho também, então eu entendia bem. Ai, tiraram acidente do trabalho e eu fiquei só com a família. Era o que eu gostava.

E eu me aposentei cinco meses antes da compulsória, porque eu falei: ninguém vai me mandar embora, eu vou porque eu quero.

APMP: Como foi a experiência no Órgão Especial?

A experiência foi muito interessante, primeiro de tudo era uma democracia e eu falava pelos cotovelos, quando eu levantava a mão, já sabiam que haveria problemas. Mas, super bem assessorada pelos colegas. O procurador-geral tinha entrado comigo no MP, foi o Rodrigo Pinho...

Teve uma colega nossa que eu não me lembro o nome que ela tinha sido condenada porque tinha atrasado os processos e tinha sido condenada a uma pena de suspensão. Só que a moça trabalhou muito e botou tudo em ordem, e ela entrou com apelação e foi para o OE e caiu comigo para relatar. Eu falei não, ela tem que ser absolvida. E ela foi absolvida porque eu insisti na absolvição dela.

Aconteceu um caso interessante que eu não sei quem são os dois colegas. Na saída, tinha dois colegas que eram do Órgão Especial andando na calçada. E um deles falou assim: escuta...você não ia condenar a moça? -Eu ia, mas a Adelina falou que era para absolver, eu absorvi a moça.

O Órgão Especial é o Órgão de segunda instância do MP, por exemplo: o corregedor aplica uma penalidade e o colega que sentir prejudicado e achar que não merece apela, faz a apelação e vai para o órgão Especial. E lá ele é julgado de novo.

APMP: Quando a senhora se decidiu pela aposentadoria?

Meu aniversário é em agosto, eu estava em março. Falei, vai ser chato eu ficar na compulsória, 70 anos aposentada, ah não, vou me aposentar agora. Fiz o pedido. Tinha uma reunião do Órgão Especial, que eu já não era mais-, e eu sempre disse para o doutor Fernando Grella Vieira que o dia que eu me aposentasse quem iria assinar minha aposentadoria seria ele, e, ele era o procurador-geral. Ai eu entrei e falei: Grella (porque nós tínhamos amizade, agora não, tem de falar doutor) meu pedido de aposentadoria. Foi interessante porque os meus colegas disseram: -não faça isso, espera um pouco. E o Grella ficou com a caneta suspensa e perguntou: assino ou não assino? E, eu comecei a chorar e falei:-assina. E me aposentei no dia primeiro de abril para todo mundo pensar que era mentira.

APMP: Após a aposentadoria

Eu viajo muito. Estou muito feliz na minha aposentadoria. Amei ser do Ministério Público, sou MP até o fundo da minha alma. E, se tivesse que fazer, faria tudo de novo.

Observações:

** O advogado Hermínio Alberto Marques Porto no Ministério Público foi corregedor-geral nos períodos de 1976/78 e 1980/82.*

**Rubens Teixeira Scavone faleceu como procurador de justiça aposentado em 17/08/2007. Foi corregedor entre 27/12/72 a 27/12/74.*